

Prosegur
Sistemas de
Segurança Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

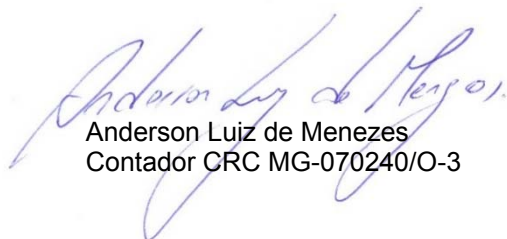
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

<i>Ativos</i>	<i>Nota</i>	2016	2015	<i>Passivos</i>	<i>Nota</i>	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.348	19.550	Fornecedores		2.562	2.168
Clientes	6	21.124	27.722	Salários e encargos sociais	9	14.586	12.868
Impostos a recuperar	7	10.365	450	Impostos e contribuições		3.253	8.373
Estoques		321	383	Outros passivos circulantes		51	40
Outros ativos circulantes		2.041	896				
Total do ativo circulante		53.199	49.001	Total do passivo circulante		20.452	23.449
				Provisões	10	9.100	1.781
Créditos com partes relacionadas	17	6.960	17.212	Débitos com partes relacionadas	17	5.858	3.894
Impostos diferidos	16	10.284	4.300	Impostos e contribuições		38	6.218
Depósitos judiciais	8	1.371	1.490				
Total do ativo realizável a longo prazo		18.615	23.002	Total do passivo não circulante		14.996	11.893
				Patrimônio líquido			
Investimentos		11	11	Capital social	11	24.947	6.268
Imobilizado		5.237	1.561	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	3.679
Intangível		740	740	Outros resultados abrangentes		343	349
Total do ativo não circulante		24.603	25.314	Lucros acumulados		17.064	28.677
				Total do patrimônio líquido		42.354	38.973
				Total do passivo		35.448	35.342
Total do ativo		77.802	74.315	Total do passivo e patrimônio líquido		77.802	74.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita líquida	13	146.901	124.875
Custo dos serviços prestados	14	<u>(111.123)</u>	<u>(98.168)</u>
Lucro bruto		<u>35.778</u>	<u>26.707</u>
Despesas comerciais	14	(1.365)	(2.597)
Despesas gerais e administrativas	14	(53.804)	(6.399)
Outras receitas (despesas) operacionais		187	-
Resultado de equivalência patrimonial		-	4
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(19.204)</u>	<u>17.715</u>
Despesas financeiras	15	(1.115)	(8.947)
Receitas financeiras	15	<u>2.754</u>	<u>39.913</u>
Receita financeiras líquidas		<u>1.639</u>	<u>30.966</u>
Lucro antes dos impostos		(17.565)	48.681
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>5.952</u>	<u>(14.863)</u>
Lucro do exercício		<u><u>(11.613)</u></u>	<u><u>33.818</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	(11.613)	33.818
Outros resultados abrangentes		
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado		
Remensuração do passivo de benefício definido	<u>(6)</u>	<u>94</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(11.619)</u></u>	<u><u>33.912</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015	3.706	-	255	25.326	29.287
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.818	33.818
Aumento de Capital	2.562	-	-	-	2.562
Dividendos e JCP distribuídos	-	-	-	(30.467)	(30.467)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.679	-	-	3.679
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	94	-	94
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.268	3.679	349	28.677	38.973
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(11.613)	(11.613)
Aumento de Capital	3.679	(3.679)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000	-	-	-	15.000
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	(6)	-	(6)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.947	-	343	17.064	42.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(11.613)	33.818
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	159	71
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	985	1.514
Provisões para contingências	8.304	5.016
Equivalência patrimonial	-	4
Impostos diferidos	(5.984)	(2.215)
Atualização do passivo atuarial	(6)	94
(Aumento) redução de ativos		
Clientes	5.613	(9.943)
Impostos a recuperar	(9.915)	1.275
Estoques	62	(35)
Depósitos judiciais	119	1.028
Outros	(1.146)	880
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	394	(2.065)
Salários e encargos sociais	1.718	1.483
Impostos e contribuições	13.994	7.038
Impostos pagos	(25.294)	-
Pagamento de processos judiciais	(985)	(1.558)
Outros	12	(15)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(23.583)	36.390
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(3.835)	(1.433)
Alienações de ativo imobilizado	-	4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.835)	(1.429)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de quotistas	-	2.562
Adiantamento para aumento de capital	15.000	3.679
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(30.467)
Ingresso (pagamento) de mútuos entre partes relacionadas, líquido	12.216	(2.960)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	27.216	(27.186)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(202)	7.775
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.550	11.775
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.348	19.550
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(202)	7.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada com sede na Av. Guaratã, nº 633, Bairro Prado, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constituída em 09 de dezembro de 1993. Originalmente, ela foi constituída como Prosegur São Paulo Serviços Especiais Ltda., tendo como objeto social: (a) transporte de documentos e títulos de crédito; (b) serviços de contagem de numerários, envelopamento e pagamento de salários em empresas; (c) preparação de documentos; (d) serviços de limpeza a entidades públicas ou particulares; (e) serviços de administração de pagadorias e recebedorias; (f) serviços de manutenção de equipamentos; (g) serviços de representação, plastificação e acompanhamento de equipamentos de segurança; (h) locação de veículos e motocicletas; (i) administração e distribuição de cartões magnéticos; (j) coleta, entrega e agenciamento de pequenas encomendas; (k) administração de caixas automáticos bancários.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações que envolvem risco significativo de resultar em ajuste material no exercício de 2016, em função das incertezas sobre premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 10** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 16** - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

3 Principais Política Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos quando a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação onde todos os riscos e benefícios da sua titularidade já não lhe pertencem. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando houver o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidá-lo ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Suas baixas são realizadas quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: mútuo com partes relacionadas, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

b. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A perda no seu valor recuperável é reconhecida se ocorrer algum evento que tenha efeito negativo mensurável nos fluxos de caixa futuros projetados.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a negociação de condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Na avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados pela avaliação da Administração das condições econômicas e de crédito atuais.

Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre este ativo continuam sendo reconhecidos, através da reversão do desconto. Se houver um evento

subsequente indicando reversão da perda, o montante indicado é registrado diretamente no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, a saber: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados anualmente quanto a sua recuperabilidade. Caso haja algum indicativo de perda um novo valor para o ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado as mesmas e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata* em contrapartida do resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é passível de reversão. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida quando existe mudança nas estimativas usadas e quando o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização e sem considerar a perda de valor reconhecida.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Empresa para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre o valor de venda e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de Outras Receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Empresa e que o seu custo possa medido de forma confiável. O valor contábil do

componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros gerados para a Empresa. Ativos arrendados são depreciados com base nas suas vidas úteis, considerando que a Empresa obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e vidas úteis estimadas, exceto ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A Empresa entende que este método é o melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Benefícios a empregados

(i) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, sendo utiliza o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Empresa, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas

futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

A Empresa determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Empresa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g. Receita operacional

(i) Serviços

A empresa presta serviços de vigilância e outros serviços relacionados. A receita decorrente desses serviços é reconhecida com base nas horas incorridas dos seus vigilantes nos postos de segurança. A quantidade de horas é apurada mensalmente com base no total das horas trabalhadas por cada vigilante.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são contabilizados no resultado, através do método de juros efetivos.

i. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As exceções no seu reconhecimento são para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Novas Normas e Interpretações Ainda não Adotadas

Uma série de novas normas, alterações e interpretações são efetivas para exercícios de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Dessa forma, a adoção antecipada das mesmas não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014 e com adoção prevista para 2018, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). Ela inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Empresa está avaliando o impacto desta norma nas demonstrações financeiras e suas divulgações.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada, sendo sua aplicabilidade prevista para 2018. Ela poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando o impacto desta norma nas demonstrações financeiras e suas divulgações.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Bancos conta movimento	19.348	1.514
Aplicações financeiras	-	18.036
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>19.348</u>	<u>19.550</u>

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 12. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras registradas no ano anterior, se referem a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e Compromissadas remunerados a aproximadamente 91% (93% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

6 Clientes

	2016	2015
Clientes	20.460	25.803
Serviços a faturar	5.458	5.708
Contas a receber de partes relacionadas	-	20
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.794)</u>	<u>(3.809)</u>
Total clientes	<u><u>21.124</u></u>	<u><u>27.722</u></u>

Reconhecimento dos serviços a faturar

A maior parte dos serviços prestados a clientes são faturados nos primeiros dias do mês seguinte à execução dos serviços. Dessa forma, todos os serviços já executados são registrados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de Receita na demonstração do resultado do exercício.

A composição do contas a receber, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2016	2015
A vencer	19.839	22.244
0 a 30 dias	1.402	3.538
31 a 60 dias	204	965
61 a 90 dias	224	523
91 a 180 dias	113	1.295
Mais de 181 dias	4.136	2.966
Perdas esperadas	<u>(4.794)</u>	<u>(3.809)</u>
Total	<u><u>21.124</u></u>	<u><u>27.722</u></u>

A movimentação na provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa abaixo é a seguinte:

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	(3.809)	(2.295)
Créditos provisionados no exercício	(2.389)	(1.514)
Baixas definitivas de títulos	<u>1.404</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(4.794)</u>	<u>(3.809)</u>

A provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi contabilizada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são baixados definitivamente no resultado do exercício.

7 Impostos a recuperar

Natureza dos impostos recuperáveis	2016	2015
INSS	1.482	450
IRPJ e CSLL a recuperar	8.251	-
Outros	<u>632</u>	<u>-</u>
Total dos impostos a recuperar	<u><u>10.365</u></u>	<u><u>450</u></u>

8 Depósitos judiciais

Por exigência legal ou apresentação de garantias, são efetuados eventualmente depósitos judiciais para assegurar a continuidade dos processos em discussão. Tais depósitos podem ser exigidos para os processos, cuja probabilidade de perda foi fundamentada na opinião dos assessores jurídicos (vide nota explicativa 10).

Natureza dos processos	2016	2015
Cíveis	169	163
Trabalhistas	1.198	1.323
Tributários	4	4
Total dos depósitos judiciais	1.371	1.490

9 Salários e encargos sociais

	2016	2015
Salários a pagar	2.983	2.781
Provisão de férias	6.678	6.284
INSS e FGTS a pagar	2.410	3.231
Outros encargos e provisões sociais	2.515	572
Total de salários e encargos sociais	14.586	12.868

10 Provisões

	Contingências			Benefícios a empregados	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas		
Saldo em 31/12/2014	3.601	1	482	158	4.242
Adições	-	-	2.181	-	2.181
Baixas/ pagamentos	-	(1)	(1.557)	-	(1.558)
Reversões	(2.749)	-	(799)	(77)	(3.625)
Liquido depósitos judiciais (a.)	245	-	296	-	541
Saldo em 31/12/2015	1.097	-	603	81	1.781
Adições	7.869	-	2.430	20	10.319
Baixas / pagamentos	(665)	-	(1.286)	-	(1.951)
Reversões	(157)	-	(434)	-	(591)
Liquido depósitos judiciais (a.)	(285)	-	(173)	-	(458)
Saldo em 31/12/2016	7.859	-	1.140	101	9.100

As provisões relacionadas a processos judiciais são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. A Companhia provisiona todas as causas com probabilidades de perdas consideradas prováveis, baseadas na opinião de seus assessores legais e dos advogados internos da Companhia.

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as provisões de contingências e os depósitos judiciais foram apresentados de forma líquida.

11 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 9.947, conforme segue:

Investidoras	Capital Social (em R\$ mil)	Nº Quotas	%
Prosegur Global SIS S.L	18.056	18.056	72%
Prosegur International SIS	6.890	6.890	28%
Total do capital social	24.946	24.946	100%

a. Aumento de capital

Em 2015, a Juncadella Prosegur Internacional S.A. (Antiga investidora, com sede na Argentina) cedeu e transferiu a totalidade de suas quotas à sócia Prosegur International SIS S.L. Ademais, houve um aumento de capital no montante de R\$2.562 realizado pela sócia Prosegur International SIS S.L.

Em 31 de janeiro de 2016, houve um aumento de capital, no montante de R\$ 3.679, realizado pela sócia Prosegur Brasil S.A Transportadora de Valores que cedeu e transferiu a totalidade de suas quotas à Prosegur Global SIS S.L. Tal operação foi registrada na 37ª Alteração Contratual e passou a vigorar, conforme mencionado.

De acordo com a alteração contratual e consolidação do contrato social ocorrida em 27 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento de capital através de aporte na sociedade de R\$ 15.000, mediante a criação de 15.000 de novas quotas integralizadas em função de suas porcentagens no capital social da Sociedade, as sócias Prosegur Global SIS S.L. (72%) e Prosegur International SIS (28%).

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião da Diretoria realizada em 12 de junho 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$30.467, proporcional a participação de cada um dos quotistas. Em junho de 2015, a Empresa liquidou o montante total através de desembolso de caixa.

Em 2016, não ocorreram quaisquer distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio.

12 Instrumentos financeiros

Visão geral

- A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; risco operacional.
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Empresa.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Empresa tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa, sendo seus Diretores os responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas relacionadas ao assunto.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma, para definir limites, controles de riscos apropriados e seu monitoramento e aderência aos limites. Tais políticas e sistemas de gerenciamento são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades.

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Administração considera a demografia, negócio e país de operação de seus clientes, uma vez que estes fatores podem influenciar o risco, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento Financeiro, a fim de identificar perdas.

- Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa possui créditos desta natureza, no montante de R\$19.348 em 2016 (2015: R\$19.550). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e A-1, baseado na agência de rating *Standard & Poor's*. A empresa não possui aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Risco de liquidez

Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Empresa

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2016	2015
Fornecedores	2.562	2.168
Débitos com partes relacionadas	5.858	3.894
Total do passivo financeiro não derivativo	8.420	6.062

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Os prazos de vencimento do passivo financeiro são:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	2.562	2.562	-
Débitos com partes relacionadas	<u>5.858</u>	<u>-</u>	<u>5.858</u>
Total	<u><u>8.420</u></u>	<u><u>2.562</u></u>	<u><u>5.858</u></u>
31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	2.168	2.168	-
Débitos com partes relacionadas	<u>3.894</u>	<u>-</u>	<u>3.894</u>
Total	<u><u>6.062</u></u>	<u><u>2.168</u></u>	<u><u>3.894</u></u>

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Empresa remunerados por juros com taxa variável era:

	2016	2015
Ativos financeiros (Aplicação financeira)	<u>-</u>	<u>18.036</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>18.036</u></u>

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a coligada Companhia de Seguridad S.A, sediada na Espanha e que estão contratados em Euros.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	19.348	-	19.348	1.514	18.036	19.550
Clientes	21.124	-	21.124	27.722	-	27.722
Créditos com partes relacionadas	6.960	-	6.960	17.212	-	17.212
	<u>47.432</u>	<u>-</u>	<u>47.432</u>	<u>46.448</u>	<u>18.036</u>	<u>64.484</u>

	31/12/2016			31/12/2015		
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Passivos						
Fornecedores	2.562	-	2.562	2.168	-	2.168
Débitos com partes relacionadas	5.858	-	5.858	3.894	-	3.894
	<u>8.420</u>	<u>-</u>	<u>8.420</u>	<u>6.062</u>	<u>-</u>	<u>6.062</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação de seus valores:

- Equivalentes de caixa - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- Clientes, fornecedores e partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	-	-	-
Total de ativos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	18.036	-	18.036
Total de ativos	<u>-</u>	<u>18.036</u>	<u>-</u>	<u>18.036</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a operação da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como

aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos desta natureza é atribuída à alta Administração. Seu objetivo é evitar ocorrência de fatos que causem prejuízos financeiros, danos à reputação da Empresa e buscar otimização dos custos. As principais ações para mitigar tais riscos são:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Estabelecimento de procedimentos para reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento das exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratá-los;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, clientes e créditos com partes relacionadas)	<u>47.432</u>	<u>64.484</u>
	<u>47.432</u>	<u>64.484</u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis está apresentado na nota explicativa 6. Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Empresa acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

13 Receita operacional

	2016	2015
Receita Bruta	170.807	146.305
Impostos sobre vendas	(22.020)	(18.544)
Devoluções e abatimentos	<u>(1.886)</u>	<u>(2.886)</u>
Receita Líquida	<u>146.901</u>	<u>124.875</u>

14 Custos e despesas operacionais

A Empresa optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2016	2015
Custo dos serviços prestados	(111.123)	(98.168)
Despesas comerciais	(1.365)	(2.597)
Despesas gerais e administrativas	<u>(53.804)</u>	<u>(6.399)</u>
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u>(166.292)</u>	<u>(107.164)</u>

Em 2016, a rubrica de Despesas gerais e administrativas apresenta o montante de R\$39.523 referente a transferência de despesas de grupo.

Custos e despesas por natureza

	2016	2015
Custos e Despesas com Pessoal	(116.758)	(98.255)
Serviços contratos com empresas do Grupo	(42.983)	(3.567)
Outros custos e despesas operacionais	(5.566)	(3.828)
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	<u>(985)</u>	<u>(1.514)</u>
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u>(166.292)</u>	<u>(107.164)</u>

15 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2016	2015
Juros sobre aplicações financeiras	309	1.491
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	-	37.276
Variação cambial ativa	1.879	485
Outras receitas financeiras	<u>566</u>	<u>661</u>
Receitas financeiras	2.754	39.913
Despesas com juros	(758)	(463)
Variação cambial passiva	(125)	(720)
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	-	(7.299)
Outras despesas financeiras	<u>(232)</u>	<u>(465)</u>
Despesas financeiras	<u>(1.115)</u>	<u>(8.947)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>1.639</u>	<u>30.966</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2016	2015
Lucro contábil antes dos impostos	(17.565)	48.681
Aliquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	5.972	(16.552)
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	-	1
Juros sobre capital próprio	-	-
Despesas não dedutíveis	-	(372)
Outros	(20)	2.060
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	5.952	(14.863)
Diferido	5.984	2.222
Corrente	(32)	(17.085)
Alíquota efetiva	34%	31%

a. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos ativos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias	10.284	4.300	-	-	10.284	4.300

17 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

As controladoras da empresa são Prosegur Global SIS, S.L e Prosegur International SIS, S.L., sendo que a controladora final é a Prosegur Compañia de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração da Prosegur Sistemas é remunerado pela coligada Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança.

Mapa das transações com partes relacionadas

	Débitos / (Créditos)					
	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladoras						
Prosegur Global SIS, S.L	-	-	-	-	-	-
Prosegur International SIS, S.L	-	-	-	-	-	-
Coligadas						
TSR Participações Societárias S.A.	-	(31)	201	6.875	-	3.567
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	-	-	-	2	-	-
Prosegur Tecnologia Sist de Seg Ltda	2.002	-	(384)	8.130	-	-
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	-	-	(23)	2.219	-	-
Prosegur Brasil S.A.	-	(3.412)	38.133	-	(3.892)	-
Prosegur Companhia de Seguridad, S.A.	4	(2.415)	3.397	-	-	-
Prosegur Alarmas S.A.	-	-	10	-	-	-
Prosegur Activa Alarmes S.A.	4.929	-	(72)	6	-	-
Setha Ind Eletrônica Ltda.	25	-	(21)	-	(2)	-
	6.960	(5.858)	41.241	17.232	(3.894)	3.567
Sumário por Natureza						
Clientes	29	-	-	20	-	-
Crédito com partes relacionadas	6.931	-	-	17.212	-	-
Débito com partes relacionadas	-	(5.738)	-	-	(3.894)	-
Fornecedores	-	(120)	-	-	-	-
Custos/ despesas contratações empresas do grupo	-	-	42.983	-	-	3.567
Receita de vendas	-	-	(1.742)	-	-	-
Total	6.960	(5.858)	41.241	17.232	(3.894)	3.567

Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia Sistema de Segurança Ltda. e Prosegur Activa Alarmes S.A. decorrem de contratos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. Eles estão registrados no passivo não circulante, por não haver expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses. A Empresa mantém contrato de compartilhamento de custos administrativos e operacionais com a Prosegur Brasil S.A. Conforme critério de alocação aprovado pela Administração, estes valores são pagos à parte relacionada pelo custo efetivamente incorrido na empresa de origem. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, sem prazo de vencimento estabelecido.

Diretoria

Fabio Réus da Silva

Solange Simões

Miguel Torres Távora

Responsável técnico

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8